|  |  |
| --- | --- |
|  | **SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO - SPD****NOTA TÉCNICA Nº 12/2013/SPD** |

|  |  |
| --- | --- |
| **Assunto:** | Consulta e Audiência Pública nº 31/2013, realizada com vistas a prestar maiores esclarecimentos sobre a alteração do Regulamento nº 5/2005, objeto da Consulta Pública e Audiência Pública nº 04/2013, que trata da inclusão de dispositivo sobre a utilização de recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D para levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas. |

### Introdução

1. Nos termos dos atos normativos da ANP, foi realizada a Consulta Pública e Audiência Pública nº 04/2013, que teve como objetivo recolher subsídios e informações para o processo decisório e propiciar o encaminhamento de pleitos, opiniões e sugestões dos agentes do setor sobre a proposta de Resolução incluindo o seguinte item 8.2.8 no Regulamento Técnico nº 05/2005:

*8.2 Serão admitidas, mediante autorização prévia da ANP:*

*8.2.8 As* ***despesas realizadas junto a instituições de pesquisa credenciad****as com o objetivo de levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos, desde que tais levantamentos e estudos visem à melhoria do conhecimento de bacias sedimentares do país, tenham por objetivo gerar dados públicos de fomento, nos termos da Resolução ANP nº 11/2011, e não estejam associados a compromissos de programa exploratório assumidos em contrato para exploração e produção de petróleo e gás natural.*

1. Durante a consulta e audiência pública, a única contribuição recebida foi do IBP que sugeriu a inclusão no item 8.2.8 da minuta de resolução do texto “*ou empresas brasileiras, neste caso sempre no âmbito de um projeto executado por uma Instituição Credenciada”* e a inserção de um subitem estabelecendo prazo para o envio dos dados à ANP*.*
2. Considerando as justificativas apresentadas pelo IBP e, considerando ainda que a inclusão do texto sugerido estava coerente com o objetivo da alteração do regulamento e que o mesmo deixava mais clara a possibilidade de contratação de terceiros para levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos, foi proposta a alteração da minuta submetida à audiência e consulta pública para o item 8.2.8.
3. Quanto à fixação de prazo para entrega dos dados, a sugestão foi parcialmente aceita, tendo sido proposto a inclusão do inciso 8.2.8.1 atribuindo a obrigação do envio dos dados à ANP pelo concessionário, “*em conformidade com os padrões estabelecidos pela Agência Nacional de Petróleo, conforme disposto na Resolução nº 11/2011, independente do andamento do projeto no âmbito da instituição de pesquisa”.*
4. No entanto, no entendimento da Procuradoria da ANP, manifestado no Parecer nº 245/2013/PF-ANP/PGF/AGU e na Nota nº 216/2013/PF-ANP/PGF/AGU a alteração do texto após a realização de audiência pública alteraria tacitamente os itens do regulamento que tratam dos percentuais de despesas de P&D. Segundo tal entendimento, a Nota indica a necessidade de que a proposta fosse submetida ao novo processo de consulta e audiência pública.
5. Em reunião realizada em 16 de outubro de 2013, a Diretoria Colegiada deliberou, então, pela realização de nova consulta e audiência pública, determinando, ainda, que fosse incorporada ao texto a previsão de que as Instituições credenciadas pudessem receber recursos de P&D também para efetuar a guarda de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos com vistas ao desenvolvimento de estudos que visem à melhoria do conhecimento de bacias sedimentares do país, entendendo-se que tal proposta ampliaria as opções para a aplicação dos recursos de P&D e iria ao encontro do interesse de diversas universidades que já demonstraram interesse de abrigar bancos de rochas.
6. Em cumprimento à determinação da Diretoria, foi realizada a Consulta Pública nº 31/2013, seguida da audiência pública ocorrida em 08/11/2013, propondo a inclusão dos seguintes itens no Regulamento Técnico nº 5/2005:

*8.2 Serão admitidas, mediante autorização prévia da ANP:*

.....................................................

*8.2.8 As despesas realizadas em projetos qualificados como Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de levantamento e guarda de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas, desde que tais estudos visem à melhoria do conhecimento de bacias sedimentares do país, tenham por objetivo gerar dados públicos de fomento, nos termos da Resolução ANP nº 11/2011, e não estejam associados a compromissos de programa exploratório assumidos em contrato para exploração e produção de petróleo e gás natural.*

*8.2.8.1 Na impossibilidade de levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos pela instituição de pesquisa credenciada, os trabalhos necessários a tais levantamentos poderão ser contratados junto a empresa, constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, que possua autorização da ANP, desde que previsto no projeto de desenvolvimento da pesquisa submetido à autorização prévia da ANP, podendo as despesas decorrentes desta contratação serem deduzidas da parcela da obrigação de investimentos em instituições de P&D de que trata o item 7.3.*

*8.2.8.2 É de responsabilidade do concessionário a entrega dos dados à ANP, em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução ANP nº 11/2011, independente do andamento do projeto no âmbito da instituição de pesquisa.*

1. Dentro do prazo estabelecido, foram recebidas 3 (três) contribuições, que estão indicadas no Anexo I, 14 (quatorze) inscrições para participação e 3 (três) inscrições para expositores na Audiência Pública realizada em 08/11/2013.
2. Em continuidade ao processo de alteração do Regulamento 05/2005, a presente Nota Técnica apresenta no Anexo uma análise dos comentários e das sugestões recebidas nas etapas de Consulta e Audiência Pública, bem como os comentários da SPD quanto à pertinência dos mesmos, com vistas ao encaminhamento da matéria à aprovação da Diretoria da ANP.
3. Cabe destacar a sugestão do IBP para o item 8.2.8.1 que tem como propósito explicitar a possibilidade de que o levantamento possa ser feito por Empresas de Aquisição de Dados, devidamente autorizadas pela ANP, conforme definido na Resolução ANP nº 11/2011, contratadas diretamente pela instituição de pesquisa, realizado pelo próprio concessionário ou por empresa contratada diretamente por ele.
4. Em qualquer das alternativas, os custos seriam considerados como investimentos em ICT e estarão, necessariamente, no âmbito do projeto de P&D realizado junto a uma instituição de pesquisa credenciada.
5. Diante das considerações constantes desta Nota e seu anexo, propõe-se que seja submetida à consideração da Diretoria o minuta de resolução com o seguinte teor:

*8.2 Serão admitidas, mediante autorização prévia da ANP:*

 .......................................................

*8.2.8 As despesas realizadas em projetos qualificados como Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de levantamento e guarda de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas, desde que tais estudos visem à melhoria do conhecimento de bacias sedimentares do país, tenham por objetivo gerar Dados de Fomento, conforme definido na Resolução ANP nº 11/2011, e não estejam associados a compromissos de programa exploratório assumidos em contrato para exploração e produção de petróleo e gás natural.*

*8.2.8.1 Caso a Instituição credenciada não detenha habilitação da ANP para o exercício da atividade de aquisição de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos ou não detenha a capacidade tecnológica e operacional para aquisição pretendida, os trabalhos necessários para tanto poderão, no âmbito da Resolução ANP nº 11/2011, ser realizados pelo Concessionário ou contratados pelo Concessionário e/ou pela Instituição Credenciada junto a Empresas de Aquisição de Dados desde que previsto no projeto de desenvolvimento da pesquisa submetido à autorização prévia da ANP, podendo as despesas daí decorrentes ser deduzidas da parcela da obrigação de investimentos em Instituições Credenciadas de que trata o item 7.3.*

 *8.2.8.2 A responsabilidade pela entrega dos dados à ANP se dará em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução ANP nº 11/2011, independente do andamento do projeto no âmbito da Instituição Credenciada.*

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 2013.

Anália Francisca Ferreira

À consideração superior.

**NOTA TÉCNICA Nº 12/2013**

**ANEXO I**

Consulta Pública e Audiência Pública nº 31/2013, sobre alteração do Regulamento Técnico 05/2005 com vistas à inclusão de dispositivo que trata da utilização de recursos provenientes da obrigação de investimentos em P&D para levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas.

**SUGESTÕES RECEBIDAS**

| **ITEM**  |  | **PROPOSTA DE ALTERAÇÃO** | **INTITUIÇÃO** | **JUSTIFICATIVA** | **Comentários ANP** |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **8.2.8** | 8.2 Serão admitidas, mediante autorização prévia da ANP:.....................................................**8.2.8** As despesas realizadas em projetos qualificados como Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de levantamento e guarda de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas, desde que tais estudos visem à melhoria do conhecimento de bacias sedimentares do país, tenham por objetivo gerar dados públicos de fomento, nos termos da Resolução ANP nº 11/2011, e não estejam associados a compromissos de programa exploratório assumidos em contrato para exploração e produção de petróleo e gás natural. | 8.2 Serão admitidas, mediante autorização prévia da ANP:.......................................................**8.2.8** As despesas realizadas em projetos qualificados como Pesquisa e Desenvolvimento, com o objetivo de levantamento e guarda de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas, desde que tais estudos visem à melhoria do conhecimento de bacias sedimentares do país, tenham por objetivo gerar Dados de Fomento, conforme definido na Resolução ANP nº 11/2011, e não estejam associados a compromissos de programa exploratório assumidos em contrato para exploração e produção de petróleo e gás natural. | **IBP** | A proposta visa fazer referência à definição da expressão “Dados de Fomento” já prevista na Resolução ANP nº 11/2011, a fim de manter a consistência entre as duas normas, que são correlacionadas. | Considerando as justificativas apresentadas, sugerimos que seja aceita a sugestão apresentada. |
|  | 8.2.8.1 Na impossibilidade de levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos pela instituição de pesquisa credenciada, os trabalhos necessários a tais levantamentos poderão ser contratados junto a empresa, constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no país, que possua autorização da ANP, desde que previsto no projeto de desenvolvimento da pesquisa submetido à autorização prévia da ANP, podendo as despesas decorrentes desta contratação serem deduzidas da parcela da obrigação de investimentos em instituições de P&D de que trata o item 7.3. | **8.2.8.1** Caso a Instituição credenciada não detenha autorização da ANP para o exercício da atividade de aquisição de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos ou, mesmo possuindo tal autorização, não detenha a capacidade tecnológica e operacional para aquisição pretendida, os trabalhos necessários para tanto poderão ser realizados pelo Concessionário ou contratados pelo Concessionário e/ou pela Instituição Credenciada junto a Empresas de Aquisição de Dados, devidamente autorizadas pela ANP, conforme definido na Resolução ANP nº 11/2011, desde que previsto no projeto de desenvolvimento da pesquisa submetido à autorização prévia da ANP, podendo as despesas daí decorrentes serem deduzidas da parcela da obrigação de investimentos em Instituições Credenciadas de que trata o item 7.3. | **IBP** | Sugere-se a alteração do texto, conforme abaixo:(i) Necessidade de esclarecimento quanto ao critério a ser utilizado para determinar na “impossibilidade” de a Instituição Credenciada realizar a aquisição dos dados, conferindo maior segurança regulatória e reduzindo a subjetividade da norma; (ii) Sugestão de se utilizar a expressão “Instituição Credenciada” ao invés de “instituição de pesquisa credenciada”, em linha com definição já prevista na Resolução ANP nº 33;(iii) Esclarecer que as Empresas de Aquisição de Dados, tal como definido na Resolução ANP nº 11/2011, também poderão ser contratados diretamente pelos Concessionários, tendo em vista a reconhecida dificuldade enfrentada pelas Instituições Credenciadas Públicas (exemplo: universidades) para realizar este tipo de contratação, seja diretamente, seja por meio das Fundações de Apoio, as quais cobram taxas administrativas para intermediar tais contratações e podem não ter pessoal qualificado para tanto.Além disso, o IBP sugere a possibilidade de realização das despesas de aquisição dos dados diretamente pelo próprio Concessionário, tendo em vista que: (a) tanto as despesas internas do Concessionário quanto aquelas realizadas em empresas nacionais fazem parte do mesmo grupo de despesas qualificáveis, conforme previsto na Resolução ANP nº 33/2005; e (b) a qualificação de despesas internas do Concessionário foi autorizada pela ANP no precedente que gerou a atualização da norma, qual seja: a Resolução de Diretoria nº 86/2013.  | Fundamentalmente, as alterações sugeridas pelo IBP visam esclarecer que, na impossibilidade do levantamento de dados pela instituição de pesquisa credenciada, possa o concessionário realizar, diretamente ou por contratação de empresas, o levantamento de dados.Cabe ressaltar que a alteração do Regulamento visa permitir o levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos para o desenvolvimento de estudos por instituições de P&D credenciadas tendo como objetivo ampliar o conhecimento sobre as bacias brasileiras e, simultaneamente, difundir o conhecimento e a formação de recursos humanos para a indústria do petróleo e gás natural. No entanto, considerando que as instituições de pesquisa poderão se deparar com dificuldades para o levantamento de dados, a ANP propôs, na minuta de alteração do Regulamento n° 05/2005, que o levantamento pudesse ser realizado pela contratação de empresas especializadas (EAD), cujos custos seriam considerados no âmbito do projeto de P&D realizado junto a uma instituição de pesquisa credenciada. Os custos do levantamento seriam considerados como investimentos em ICT.Considerando que o concessionário pode ser uma EAD ou que o mesmo, pelas suas atividades, já disponha de facilidades de contratação para levantamento de tais dados, é de se supor que o mesmo possa realizar tais levantamentos de dados, desde que obedecidos os critérios constantes no item 8.2.8. Assim, não há contradição entre os propósitos do Regulamento e a sugestão do IBP, que explicita esta possibilidade.Quanto à sugestão de alteração da expressão “instituições de pesquisa credenciada” por “instituição credenciada”, propõe-se que seja mantida a proposta da ANP que está coerente com a Resolução nº 47/2012, que aprovou o Regulamento Técnico para Credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento.Desta forma, com os ajustes abaixo indicados, sugere-se que a sugestão do IBP seja parcialmente aceita, ficando o item de acordo com a seguinte redação:**8.2.8.1** Caso a Instituição credenciada não detenha habilitação da ANP para o exercício da atividade de aquisição de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos ou não detenha a capacidade tecnológica e operacional para aquisição pretendida, os trabalhos necessários para tanto poderão, no âmbito da Resolução ANP nº 11/2011, ser realizados pelo Concessionário ou contratados pelo Concessionário e/ou pela Instituição Credenciada junto a Empresas de Aquisição de Dados desde que previsto no projeto de desenvolvimento da pesquisa submetido à autorização prévia da ANP, podendo as despesas daí decorrentes serem deduzidas da parcela da obrigação de investimentos em Instituições Credenciadas de que trata o item 7.3. |
|  | 8.2.8.2 É de responsabilidade do concessionário a entrega dos dados à ANP, em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução ANP nº 11/2011, independente do andamento do projeto no âmbito da instituição de pesquisa. | **8.2.8.2** A responsabilidade pela entrega dos dados à ANP se dará em conformidade com as regras estabelecidas na Resolução ANP nº 11/2011, independente do andamento do projeto no âmbito da Instituição Credenciada. | **IBP** | A Resolução ANP 11/2011 já define exaustivamente as regras e a responsabilidade pela entrega dos dados à ANP, tanto pelos Concessionários, quanto pelas Empresas de Aquisição de Dados e Instituições Acadêmicas. Assim, com o fito de se evitar a criação de regras conflitantes e a imposição de obrigação em duplicidade a diferentes agentes pela entrega de tais dados à ANP, a proposta do IBP é no sentido de se fazer apenas referência às regras da Resolução ANP nº 11/2011. | A proposta de alteração não compromete o objetivo que é a tempestividade da entrega dos dados no formato determinado pela Resolução 11/2011.Propõe-se aceitar a sugestão da entidade. |
| Art. 1º Novos itens:8.2.98.2.9.18.2.9.28.2.9.3 |  | 8.2.9 **–** As despesas internas realizadas pelos Concessionários, de que trata o item 8.1.1, referentes à compra de dados geólogicos, geoquímicos e geofísicos não exclusivos, para o desenvolvimento de estudos por Instituições Credenciadas, Concessionários, ou Empresas Sub Contratadas, só serão admitidas mediante Autorização Prévia da ANP, nas seguintes condições:8.2.9.1 – Desde que os Dados Não Exclusivos solicitados possuam caráter comprovadamente científico para o entendimento de estruturas regionais, não vinculadas a Programas Exploratórios Mínimos para áreas sob regime de Concessão, Cessão ou Partilha e, que o período de confidencialidade dos dados solicitados para o estudo seja superior ao prazo planejado para a execução do projeto de P&D; 8.2.9.2 - Desde que os dados públicos disponíveis no BDEP para a região objeto do estudo, comprovadamente não satisfaçam aos requisitos técnicos do escopo do projeto de pesquisa; 8.2.9.3 – Desde que os resultados e Propriedade Intelectual do estudo sejam entregues à ANP para se tornarem públicos logo após o término do contrato referente ao projeto de pesquisa.  | **SINOCHEM PETRÓLEO BRASIL LTDA** | 1 – Considerando que existem áreas de novas fronteiras já mapeadas por EADs e os dados públicos disponíveis no BDEP não são suficientes para o desenvolvimento do projeto de pesquisa, não faz sentido, do ponto de vista de otimização dos recursos destinados a P&D, que o Concessionário seja levado a investir um volume muito maior de recursos num novo levantamento para “readquirir” dados já existentes no mercado; 2 – Caso a ANP não autorize o licenciamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos não exclusivos existentes, com qualidade comprovadamente superior aos dados disponíveis no BDEP, este direcionamento irá limitar os possíveis resultados dos projetos de P&D na área de Geologia e Geofísica, por restringir ao projeto apenas dados públicos de fomento que, em muitas vezes, possuem qualidade muito inferior aos disponíveis no mercado. Tal direcionamento é discordante com as políticas de incentivo à Pesquisa e Desenvolvimento praticadas em vários países do mundo, onde tais gastos são incentivados para proporcionar aumento da qualidade dos estudos e maior conhecimento das áreas estudadas para os próprios órgãos do Estado.3 – Caso o Concessionário concorde em tornar pública a Propriedade Intelectual após o término do projeto, tal direcionamento está alinhado com o objetivo principal do texto. | A SINOCHEM propõe a inclusão de dispositivo permitindo a compra de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos, **não exclusivos**, com recursos de que trata o item 8.1.1 (despesas realizadas nas instalações do próprio Concessionário ou de suas afiliadas).Sobre a proposta, cabe, inicialmente, salientar que a alteração em tela está vinculada ao **uso dos recursos destinados às instituições de pesquisa** para o desenvolvimento de projetos que envolvam levantamento de dados geológicos, geoquímicos e geofísicos tendo como objetivo ampliar o conhecimento sobre as bacias brasileiras e, simultaneamente, difundir o conhecimento e a formação de recursos humanos para a indústria do petróleo e gás natural. Estes dados, de caráter não exclusivo, beneficiariam a sociedade.Desta forma, considerando que a proposta da SINOCHEM trata do uso de recursos não destinados às instituições de pesquisa, mas os recursos que poderiam ser utilizados para pesquisa nas instalações próprias do concessionário, propomos a não inclusão do dispositivo sugerido, podendo a discussão sobre o mérito da proposta apresentada se dar no âmbito da revisão do Regulamento nº 05/2005 que se iniciará brevemente. |
|  |  |  Permitir a contabilização dos custos de aquisição de dados sísmicos especiais e proprietários como custos de P&D | **ZAG CONSULTORIA****EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO** | O banco de dados públicos da ANP disponíveis para projetos de P&D é limitado e foi praticamente esgotado nos últimos anos no que tange à sua utilidade para novos projetos. O nível de conhecimento das bacias brasileiras já atingiu um ponto tal que para que haja um salto de qualidade significativo será necessário empregar novos dados geológicos e geofísicos, de maior sofisticação, de maior custo e de menor acessibilidade. Neste sentido, alguns dados sísmicos especiais tais como levantamentos ultra-profundos, sísmica 3D de diversos tipos, sísmica de bacias fora do Brasil mas análogas às brasileiras seriam extremamente úteis para suportar projetos mais sofisticados de P&D. Mas, comumente tais levantamentos são proprietários e custosos. As operadoras poderiam ser estimuladas a adquirir tais dados sob a rubrica de gastos com P&D. Naturalmente, haveria mecanismos de controle do uso de tais dados para o fim exclusivo de P&D. | A **ZAG CONSULTORIA EXPLORAÇÃO DO PETRÓLEO** propõe a inclusão de dispositivo que permita a compra de dados de bacias análogas às bacias brasileiras situadas em outros países.A proposta apresentada não coaduna com os propósitos da cláusula de investimentos em P&D, razão pela qual sugere-se a não aceitação da mesma. |